

- a — aplicar a multa no valor da importância caucionada;
b — exigir a diferença de preço porventura resultante de nova compra.
- 12 — A restituição da caução será feita pela Assembleia Legislativa 10 (dez) dias após a entrega do material, desde que não fira o disposto no item 11.
- 13 — Na Divisão do Serviço Administrativo, Secção do Material no endereço pré-citado, das 14 às 18 horas, nos dias úteis, exceto aos sábados, se-

ção prestados aos interessados quaisquer esclarecimentos a respeito da presente Concorrência.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 6 de dezembro de 1962.
a) Paulo de Castro Vianna
Subdiretor Geral.

(Diariamente, até 26-12)

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO FOLHETOS E SEPARATAS À VENDA

Compras a dinheiro: Secção de Vendas, Rua da Glória, 346 — Compras mediante Empenho: apresentar a Nota de Empenho à Rua da Glória, 358 e retirar o material à Rua da Glória ns. 891/893

DECRETOS, LEIS E PORTARIAS DO ESTADO

- DECRETO N. 6.195 (14 de setembro de 1931) — Uniformiza o processo para imposição e cobrança de multas em virtude de infrações de leis e regulamentos cuja execução está a cargo da Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio e repartições anexas. DECRETO N. 6.302 (22 de fevereiro de 1934) — Dispõe sobre o comércio de adubos e de produtos destinados à alimentação de animais domésticos. DECRETO N. 6.391 (12 de abril de 1934) — Altera disposições do Decreto n. 6.302 de 22 de fevereiro de 1934 dispondo sobre o comércio de adubos e de produtos destinados a alimentação de animais domésticos 6,00
- DECRETO N. 6.885 (21 de abril de 1933) — Estabelece medidas de ajustamento a nova situação criada pelo Código de Educação e dá outras providências sobre o ensino 13,00
- DECRETO N. 6.283 (25 de janeiro de 1934) — Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências 7,00
- DECRETO N. 8.053 (26 de dezembro de 1936) — Estabelece novo regulamento para a execução das obras públicas em geral no Estado. LEI N. 3.726 (15 de janeiro de 1957) — Fixa limite dispensa de concorrência na execução de obras ou serviços. DECRETO N. 28.406 (13 de maio de 1957) — Altera o § 2.º do art. 36 do regulamento de obras públicas do Estado (DECRETO N. 8.053, de 26-12-1936) 16,00
- DECRETO N. 12.427 (29 de dezembro de 1941) — Consubstancia novas disposições relativas à carreira do Magistério Público primário e dá outras providências 4,00
- DECRETO N. 12.800 (8 de julho de 1942) — Aprova as diretrizes gerais e programas de ensino para as Escolas práticas de Agricultura 13,00
- DECRETO-LEI N. 13.156 (30 de dezembro de 1942) — Estabelece disposições relacionadas com execução orçamentária do Estado e dá outras providências. DECRETO-LEI N. 13.163 (31 de dezembro de 1942) — Estabelece medidas de Caráter Financeiro. DECRETO-LEI N. 13.168 (31 de dezembro de 1942) — Dispõe sobre formas de liquidações escriturações e pagamentos de despesas de exercícios encerrados e dá outras providências. DECRETO-LEI N. 13.229 (11 de fevereiro de 1943) — Dispõe sobre adiantamento e suprimentos de fundos. Prestação e tomada de contas em geral e dá outras providências 4,00
- DECRETO-LEI N. 14.916 (6 de agosto de 1945) — Leis de Terra seguido de ligeira análise de seus pontos capitais 6,00
- DECRETO-LEI N. 15.642 (9 de fevereiro de 1946) — Aprova o Regulamento do Policiamento da Alimentação Pública 70,00
- DECRETO N. 18.504 (18 de fevereiro de 1949) — Dá novo regulamento aos artigos 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 35.º, 38.º, 53.º, 54.º da Lei 185 de 13 de novembro de 1948 (Imposto de Vendas e Consignações) 6,00
- DECRETO N. 21.115 (29 de dezembro de 1951) — Dá regulamentos aos artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 9.º, 12.º, 13.º, 35.º, 36.º, 37.º e 57.º da Lei 1.297 de 6-11-51; modifica o regulamento para o recolhimento em parcelas do imposto, transmissão de propriedade imobiliária "Inter-Vivos" e dá outras providências 4,00
- DECRETO N. 23.240 (5 de abril de 1954) — Consolida as disposições legais vigentes sobre processo administrativo e baixa instruções 3,00
- DECRETO N. 26.570 (12 de outubro de 1956) — Regulamenta o Ensino Profissional Livre de acordo com a Lei n. 3.344 de 12 de janeiro de 1954 5,00

- DECRETO-LEI N. 35.530 (19 de setembro de 1959) — Aprova o Estatuto dos Ferroviários das Estradas de Ferro de propriedade e Administração do Estado 17,00
- LEI N. 1 (18 de setembro de 1947) — Dispõe sobre a Organização dos Municípios 7,00
- LEI N. 1.452 (26 de dezembro de 1951) — Dispõe sobre os concursos públicos para provimento de cargos iniciais de carreira e isolados. DECRETO N. 21.406 (19 de maio de 1952) — Regulamenta a realização dos concursos de que trata a Lei n. 1.452 de 26 de dezembro de 1951. DECRETO N. 21.514 (26 de junho de 1952) — Dá nova redação ao artigo 1.º do Decreto n. 21.406 de 19 de maio de 1952 4,00
- LEI N. 2.456 (30 de dezembro de 1953) — Dispõe sobre o Quadro Territorial Administrativo e Judiciário do Estado para o quinquênio 1954-1958 e dá outras providências 70,00
- LEI N. 2.484 (16 de dezembro de 1953):
a) — Lei Orgânica dos Municípios;
b) — Excertos da Constituição do Estado referente aos Municípios 3,00
- LEI N. 3.672 (29 de dezembro de 1956) — Altera a legislação do Imposto de Selo sobre os atos regulados por lei estadual os serviços de sua justiça e os negócios de sua economia e dá outras providências. LEI N. 3.684 (31 de dezembro de 1956) — Dispõe sobre o pagamento de Imposto sobre Vendas e Consignações e dá outras providências. LEI N. 3.688 (31 de dezembro de 1956) — Dispõe sobre medidas de Caráter Financeiro e dá outras providências. DECRETO N. 27.139 (31 de dezembro de 1956) — Dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Selo sobre os atos regulados por lei estadual, os do serviço de sua justiça e os negócios de sua economia 30,00
- LEI N. 4.832 (4 de setembro de 1958) — Dispõe sobre a substituição do regime de pecúlio obrigatório vigente no Instituto de Previdência do Est. do por pensão mensal e dá outras providências 10,00
- LEI N. 5.017 (16 de dezembro de 1958) — Dispõe sobre a realização dos concursos e provas de habilitação para provimento de cargos públicos de carreiras ou isolados e dá outras providências. DECRETO N. 35.092 (16 de junho de 1959) — Regulamenta a Lei n. 5.017 de 16 de dezembro de 1958 que dispõe sobre a realização de concurso e de provas de habilitação para provimento de cargos públicos de carreiras ou isolados e dá outras providências 10,00
- LEI N. 5.465 — Dispõe sobre medidas de Caráter financeiro e dá outras providências 8,00
- LEI N. 5.588 (27 de janeiro de 1960) — Dispõe sobre aumento de vencimentos e salários dos servidores civis bem como os da Guarda Civil de São Paulo e da Força Pública do Estado e dá outras providências 15,00
- ATO N. 10 (27 de janeiro de 1950) — Regimento Interno dos Ginásios e Colégios Estaduais 6,00
- ATO N. 10 (24 de fevereiro de 1956) — Dispõe sobre o Regimento Interno dos Institutos de Educação subordinados ao Departamento de Educação 13,00
- ATO N. 11 (24 de fevereiro de 1956) — Dispõe sobre o Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado de São Paulo 17,00
- ATO N. 21 (10 de março de 1949) — Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Normas 4,00
- ATO N. 46 — 3.º Ano (26 de julho de 1949) — Programa para o Ensino Primário Fundamental 13,00
- ATO N. 63 (29 de agosto de 1950) — Programa para o Ensino Primário Fundamental Comum de Desenho, Trabalhos Manuais, Economia Doméstica, Canto, Educação Sanitária e Educação Física 25,00

- ATO N. 35 — 5.º Ano (22 de abril de 1950) — Programa para o Ensino Primário Fundamental 70,00

DIVERSOS

- ASSISTENCIA MEDICA ESCOLAR — DIVULGAÇÃO DE HIGIENE ESCOLAR — Dr. Francisco Figueira de Melo 6,00
- CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO — Promulgada em 9 de julho de 1947 21,00
- MANUAL DO DEPUTADO 80,00
- QUADRO DE CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA 8,00
- REGIMENTO DE CUSTAS — Tabela de custas devidas inicialmente ao Estado escrivão e a Ordem dos Advogados 16,00
- REGIMENTO INTERNO DA CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO — Resolução n. 1 de 10 de setembro de 1936 6,00

DECRETOS LEIS E PORTARIAS FEDERAIS

- DECRETO-LEI N. 5.894 de (20 de outubro de 1948) — Código de Caça e Pesca e outras leis decretos e Portarias referentes ao Código de Caça e Pesca. DECRETO-LEI N. 794 (19 de outubro de 1936) — Código de Pesca 10,00
- DECRETO-LEI N. 1.202 (8 de abril de 1939) — medida sobre o uso de medidas e instrumentos Dispõe sobre a administração dos Estados e Municípios. DECRETO-LEI N. 5.611 (21 de maio de 1943) — Altera e modifica disposições sobre a administração dos Estados e Municípios 4,00
- DECRETO-LEI N. 1.608 (18 de setembro de 1939) — Código de Processo Civil 35,00
- DECRETO-LEI N. 2.848 (7 de dezembro de 1940) — Código Penal 60,00
- DECRETO-LEI N. 3.688 (2 de outubro de 1941) — Lei das Contravenções Penais. DECRETO-LEI N. 3.689 (2 de outubro de 1941) — Código de Processo Penal 3,00
- DECRETO-LEI N. 4.657 (4 de setembro de 1942) — Lei de Introdução do Código Brasileiro 3,00
- DECRETO-LEI N. 5.186 (13 de janeiro de 1943) — Regula o uso da ortografia simplificada em todo País. DECRETO-LEI N. 20.108 (15 de junho de 1931) — Dispõe sobre o uso da ortografia simplificada de idioma nacional nas repartições públicas e nos estabelecimentos de ensino. DECRETO-LEI N. 23.028 — Torna obrigatório o uso da ortografia resultante de acordo entre a Academia de Letras e Academia Das Ciências de Lisboa. DECRETO-LEI N. 292 (23 de fevereiro de 1938) — Regras para acentuação gráfica 10,00
- DECRETO-LEI N. 5.452 (1.º de maio de 1948) — Consolidação das Leis do Trabalho 25,00
- LEI N. 605 (5 de janeiro de 1949) — Repouso semanal remunerado e pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos 3,00
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL — Promulgada em 18 de setembro de 1946 3,00
- PORTARIAS NS. 170 e 172 (11 e 15 de julho de 1942) — Programa de Português para o Curso Ginásial 3,00

PREFEITURA MUNICIPAL

- DECRETO N. 3.052 (26 de dezembro de 1955) — Aprova Consolidação das Posturas Municipais 55,00
- LEI N. 4.060 (14 de junho de 1951) — Institui Normas relativas a admissão, direitos, deveres e responsabilidades dos extranumerários diurnistas e tateiros 6,00
- LEI N. 4.615 (13 de janeiro de 1956) — Regula as condições gerais das edificações 15,00

PELO CORREIO — PORTE MEDIANTE CONSULTA PRÉVIA — NOS CHEQUES VISADOS, VALES OU ORDENS ENVIADOS NÃO DEVEM CONSTAR NOMES OU CARGOS, MAS APENAS

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
ESTA REPARTIÇÃO NÃO PODE FAZER FORNECIMENTOS PELO SERVIÇO DE REEMBOLSO POSTAL